

PINGA-FOGO

■ **APLAUSOS PARA A SOLIDARIEDADE COLETIVA** - O gesto do prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, com o vereador Jorge Felipe, do partido Progressistas, foi recebido com um afago ao veterano político municipal que, depois de presidir a Câmara Municipal, ficou na primeira suplência. Coisas de um processo eleitoral conturbado e do coeficiente da legenda que escolheu. Nesta homenagem ao decano edil, além do próprio prefeito trazer o seu antigo desafeto Felipe Michel para o seu secretariado — e de ele ter aceito —, três personagens merecem registro: Patrick Corrêa, que aceitou segurar a cadeira destinada a esta composição política; Dr Luizinho, presidente do PP, que acolheu o gesto de Paes; e do deputado Jorge Felipe Neto, que costurou o acordo com o Governador Cláudio Castro, que atendeu o pedido do neto.

■ Ganha a política fluminense, neste gesto de solidariedade coletiva; e ganha a Câmara dos Vereadores, ao ter de volta o seu ex-presidente, que, com equilíbrio e experiência, reforça o legislativo municipal.

■ Neste caso valeu o coração e ninguém foi pequeno ou pensando em questões partidárias. Um exemplo de civilidade.

■ **DUDU PAES E AMOR CORRIGE UMA INJUSTIÇA DO PL** - Outro gesto carinhoso do Dudu Paes e Amor foi ter chamado o seu ex-vice-prefeito Nilton Caldeira para ser seu assessor especial. Ele se filiou ao PSD, fato que deveria ter feito antes, e não ter ficado na condição vexatória de único fundador do Partido Liberal que enfrentou uma eleição onde muito foi prometido e nada foi cumprido. Altineu Côrtes e Valdemar Costa Neto não cumpriram nenhuma das promessas feitas a Caldeira quando ele resolveu se candidatar a vereador. Ele foi um vice corretíssimo com Paes e foi dele que partiu o convite para Caldeira ficar ao seu lado. Um registro positivo da solidariedade e respeito na política carioca, pelo menos da parte de Paes com seu vice, um grande quadro da política.

■ **NA COSTA VERDE** - O prefeito do Rio, Eduardo Paes, almoçou na tarde desta quinta-feira, dia 09, no Restaurante Cantinho da Val, que fica na Ilha da Gipóia, em Angra dos Reis. Descontraído como sempre, ele fez uma foto ao lado da dona do restaurante, publicada nas redes sociais.

■ **NO MAR DE JET SKI** - Outro político que estava em Angra dos Reis, no início da semana, foi o ex-presidente da República Jair Bolsonaro. Frequentador assíduo do município, ele estava, na terça-feira, dia 07, com o filho Eduardo Bolsonaro, passeando de jet ski e conversando com apoiadores. Bolsonaro tem uma casa na Vila de Mambucaba, na divisa com Paraty.

TCU aponta prioridade ao Banco Nacional no acordo bilionário do FCVS

Por Cláudio Magnavita*

Tem causado surpresa o empenho do polêmico Presidente da Caixa Econômica Federal, Carlos Antônio Vieira Fernandes, em promover a liquidação dos bilionários acordos do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS). Ele quer fazer a lista de pagamentos andar, naquele que é o maior negócio envolvendo cifras bilionárias do governo federal.

■ O empenho de Carlos Vieira só tem um equivalente no governo federal: a atenção que o ministro da Advocacia Geral da União (AGU), Jorge Messias, tem dado. Os dois torcendo para o endosso do Tribunal de Contas da União para firmar os acordos, que só no caso do Banco Nacional chega a R\$ 8.500.000.000,00 (oito bilhões e quinhentos milhões de reais), para serem transferidos direto para a conta do BTG Pactual, titular dos créditos do FCVS do banco da família Magalhães Pinto.

■ É curioso o empenho da AGU, com o ministro Jorge Messias sendo visto nos corredores e gabinetes do TCU advogando o aval para o pagamento do acor-

do. Ele parece mais advogado da outra parte, do que defensor dos direitos da União. Na mesma toada, o presidente da Caixa conversando com parlamentares e líderes partidários que o apadrinham para atender o saque bilionário.

■ O assunto vem de longe, mas a nota técnica do TCU, emitida pela Secretaria Geral de Controle Externo do Sistema Financeiro Nacional e dos Fundos de Pensão encaminhada ao ministro relator é mortal para os interesses de Messias, Vieira, BTG Pactual e acionistas do Nacional. Ela não deixa dúvida que poderá atrapalhar o negócio ao afirmar: “O Termo de Conciliação 007/2023/CCAF/CGU/AGU apresenta riscos jurídicos e econômicos não avaliados e/ou mensurados para diversas políticas públicas, antes públicos e para própria União em decorrência de possíveis atrasos no recebimento de títulos CVS;”

■ O documento vira nitroglicerina pura ao submeter a considerações superiores a afirmação “O Termo de Conciliação 007/2023/CCAF/CGU/AGU apresenta risco de que seja ineficiente ao se sopesar custos e benefícios, vez que o montante de créditos a serem novados, de R\$ 17.083.149.336,96, representam

apenas uma pequena parcela da dívida total (17%), já existem perspectivas para novações vultosas do Banco Nacional em andamento, não há nenhuma melhoria operacional no processo de novação em decorrência do acordo e a redução de beneficiários é contrária à orientações e mudanças recentes ocorridas em 2020 no processo de novação.”

■ Na conclusão da análise do TCU, a luz vermelha acende quando são dados os alertas: “Em primeiro lugar, existe risco de que seja ferida a isonomia, visto que todos os demais agentes credores do FCVS serão possivelmente prejudicados com a prioridade dada ao Banco Nacional na novação dos créditos.”

■ Vale ressaltar a surpresa com a prioridade dada ao Nacional na novação dos Créditos, em detrimento dos demais agentes credores. É neste cenário a surpresa ao empenho do Ministro Jorge Messias da AGU e do presidente da Caixa Carlos Vieira, atuando com papéis trocados, sinalizando a defesa dos interesses do BTG Pactual no caso do Nacional. É como se a ordem de transferência de R\$ 8,5 bilhões estivesse pronta aguardando apenas o empurrão do TCU.

■ O documento interno do TCU, ao qual a coluna teve acesso, faz um alerta que expõe mais ainda a dupla Vieira/Messias ao constatar a “existência de riscos de consequências jurídicas e econômicas para os demais agentes credores, em decorrência do atraso no recebimento dos títulos CVS, incluindo a própria União e outras políticas públicas, os quais não foram objeto de qualquer avaliação e/ou mensuração.”

■ Todo este movimento veio à tona depois do vazamento de uma planilha dos créditos a serem pagos ao BTG/Pactual vazado pelo ex-deputado Eduardo Cunha e publicado com exclusividade pelo jornalista Ricardo Bruno da coluna Agenda do Poder.

■ A pressão para a conclusão tem o deputado federal pelo Rio, Altineu Côrtes, líder do PL, como um dos principais defensores desta agenda para a liberação dos acordos do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) junto à Caixa Econômica Federal com o empenho do presidente Carlos Vieira e o ministro Jorge Messias.

*Diretor de Redação do Correio da Manhã



MAGNAVITA

claudio.magnavita@gmail.com

@colunamagnavita

Nota do SECEX contraria atuação Carlos Vieira, Jorge Messias e Altineu Côrtes na defesa do pagamento de R\$ 8 bilhões pela Caixa ao BTG/Pactual

Posse de Márcio Pacheco na presidência do TCE-RJ - Parte II

A solenidade de posse de Márcio Pacheco como conselheiro-presidente do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ) aconteceu na última quarta-feira (8). Nesta edição de fim de semana da Coluna Magnavita, você leitor confere a segunda parte das fotos da cerimônia.



Márcio Pacheco empossado como conselheiro-presidente do TCE-RJ para o biênio 2025-2026



Marcelo Raeder, Chefe do Cerimonial do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro; Tathiana Aché, Chefe Cerimonial do MP; e Raphael LOMBARDY, Chefe do Cerimonial do Governador do Estado do Rio de Janeiro



O deputado Luiz Paulo Correia da Rocha, ao centro, com o secretário de Estado de Turismo do RJ, Gustavo Tutuca (e); e o secretário Nacional de Assuntos Federativos, André Ceciliano (d)



Andréa Siqueira Martins (e) foi empossada ouvadora; e Marcelo Verdini Maia assumiu a presidência do Conselho Superior da Escola de Contas e Gestão



Durante a solenidade de posse, o governador Cláudio Castro (e) com Antônio José, o novo PGJ-RJ, e Marfan Martins Vieira (d)



O procurador-geral de Justiça do Rio, Luciano Mattos (d) com o presidente da Cedae, Aginaldo Ballon (e)



A jornalista Mônica Ramos com o prefeito eleito de Paraíba do Sul, Júlio Canelinha

Fernando Molica

O amada amante de Lula e o exemplo de Odorico Paraguaçu

A exemplo de tantos outros líderes políticos reconhecidos por sua boa oratória, o presidente Lula adora falar. Sagaz, ele volta e meia surpreende a plateia com boas sacadas vindas de sua capacidade original de ler a realidade e de traduzi-la de maneira inteligível e, muitas vezes, engraçada.

O problema é que boca aberta é caminho de entrada de moscas. E, apaixonado pelo personagem Lula, o presidente, na ânsia de seduzir a audiência, abre alas para o Luiz Inácio, um sujeito não acostumado aos novos e necessários cuidados com o que se diz.

Nessas horas, Lula, a exemplo do que cometeu na parte improvisada do discurso do último dia 8, confunde palanque oficial com mesa de bar e solta impropriedades como a história de homens

serem mais apaixonados por amantes do que por suas mulheres.

O comentário é duplamente equivocado. Primeiro, por normalizar algo que é excepcional, a existência de uma terceira pessoa numa relação que deveria ser vivida por duas pessoas. Segundo, pelo viés machista: na cabeça presidencial, o suposto direito de pular a cerca é privilégio de homens.

Na campanha de 2022, Lula fez pior. Ao falar da violência masculina contra parceiras, disse que isso não era admissível no Brasil, que quem quisesse bater em mulher deveria fazê-lo em outro lugar. Por sorte, não criou um problema diplomático, evitou citar países em que a prática poderia ser exercitada.

Neste terceiro mandato, o presidente condenou a escravidão, mas ressal-

vou que a prática gerou uma “coisa boa”, a miscigenação; disse que pessoas com deficiência mental têm “problemas de desequilíbrio de parafuso”. Não dá, presidente.

É possível argumentar que o antecessor de Lula, Jair Bolsonaro, é insuperável na capacidade de falar impropriedades. O ex-capitão já disse que uma deputada não merecia ser estuprada, que alguns negros deveriam ter seu peso medido em arrobas, relatou que havia pintado “um clima” entre ele e adolescentes venezuelanas — insinuou que elas se prostituíam. Ainda deu a entender que a vacida contra covid transformaria hétéros em homossexuais.

A questão, porém, é que, no caso de Bolsonaro, as falas correspondem ao que a maioria de seus eleitores quer ouvir. Ele não foi eleito presidente em 2018 apesar

de suas posturas preconceituosas ou mesmo favoráveis à tortura e à ditadura. Acabou vencedor justamente por falar o que muitos tinham vontade de dizer. Ao longo de seu mandato, fez questão de pronunciar frases que negavam pontos básicos da civilização.

Lula sabe que não pode ser assim. Como qualquer pessoa que tenha mais de 50 anos, ele foi criado numa sociedade ainda mais machista e preconceituosa. Ouviu — como ouvi — piadas que desqualificavam mulheres, gays, negros, judeus, nordestinos. Humilhar quem já é destrutado no cotidiano não tem graça, apenas reforça a covardia.

O presidente precisa entender que precisa ter cuidado com o que fala. Nem sempre é fácil nos adaptarmos ao que grupos específicos determinam ser correto, há

casos que parecem não fazer sentido. Mas quem apanha tem o direito de exigir uma linguagem que não lhe seja agressiva.

Os costumes mudaram, há 20 anos que adultério deixou de ser crime. Mas o ato definido como traição gera dor, infelicidade, abala muitas vidas. Não pode ser banalizado, tratado como piada, ainda mais com uma conotação machista.

Na dúvida, presidente, melhor ficar calado. O discurso lido na terça-feira foi muito bom, seus autores tiveram a ótima sacada de usar como mote o título do filme “Ainda estou aqui”, algo particularmente feliz dias depois do prêmio da Fernanda Torres. Mas, se insistir em improvisar, faça como Odorico Paraguaçu, personagem de Dias Gomes: prepare seu improviso: de preferência, leve-o por escrito.